

Dívida dos Estados: ^{Pública}impasse persiste e votação começa

Foto de Gustavo Miranda



Sem acordo, os Deputados e Senadores da Comissão começam a votar hoje o Relatório sobre o Orçamento

BRASÍLIA — A Comissão de Orçamento e Finanças do Congresso inicia hoje, às 10 horas da manhã, sem um acordo sobre o pagamento da dívida dos Estados, a votação do relatório do Senador Almir Gabriel ao Projeto de Lei Orçamentária de 1989. Até a noite de ontem não havia uma proposta consensual do Executivo e Legislativo, o que pode prolongar o processo de votação.

O dia começou com uma boa perspectiva de negociação quando o Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do grupo governista, apresentou a hipótese de pagamento pelos Estados de Cz\$ 220 bilhões, no lugar dos Cz\$ 550 bilhões originalmente fixados no Orçamento. Consequentemente a Comissão, que limitava o pagamento a Cz\$ 70 bilhões, sugeriu o recolhimento de Cz\$ 150 bilhões. A diferença de Cz\$ 70 bilhões entre as duas contas seria, na expectativa dos parlamentares, facilmente negociada durante o período da noite. Em reunião durante toda a tarde na residência de Ulysses Guimarães, os Governadores chegaram a ser comunicados da flexibilidade do Governo, festejada como "um ato muito positivo", na expressão do Senador Almir Gabriel, embora exigisse um maior desembolso dos Estados.

Esta expectativa, no entanto, foi frustrada no início da noite, quando os parlamentares governistas, que negociaram com o Ministro João Batista de Abreu, retornaram à Comissão desautorizando a proposta apresentada pela manhã. Segundo o Deputado Eraldo Tinoco, a sugestão da manhã era sua e não tinha a anuência do Planejamento.

— Aquele número (os Cz\$ 220 bilhões) foi só uma hipótese de trabalho, que não chegou a ser estudada pelo Planejamento — explicou.

A proposta do Executivo chegou a um mínimo Cz\$ 400 bilhões, o que corresponde ao mesmo tratamento conquistado pela União no acordo da dívida externa. Este valor corresponde ao pagamento de 18 por cento do total da dívida (vencida e a vencer

em 89), contra os 25 por cento previstos na proposta original.

A alegação dos parlamentares governistas é de que o Governo já assumiu o compromisso de rolar apenas parte da dívida quando assinou o pacto social. Já o grupo do Presidente da Comissão, Cid Carvalho e do relator Almir Gabriel, não admite nem um tratamento tão linear como o da primeira proposta do Governo (25 por cento para todos), nem tão discriminatório quanto a segunda (fixa a rolagem de acordo com o volume da dívida, beneficiando o Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

A Comissão admite que os Estados continuem pagando a dívida no mesmo percentual que vem sendo feito hoje (25 por cento da dívida a vencer), o que daria uma arrecadação de

Cz\$ 103 bilhões, com a diferença, até atingir os Cz\$ 150 bilhões, sendo rateada entre os Estados de acordo com sua capacidade financeira.

O Senador Almir Gabriel, ao chegar na Comissão na reunião da noite, foi surpreendido pela mudança na proposta apresentada por Tinoco. Mostrou-se irritado e afastou-se da imprensa sem comentários e voltou a reunir-se na sala onde acontecia a reunião secreta para definição dos procedimentos de votação.

Os membros da Comissão estiveram reunidos ao longo da manhã para fechar uma proposta consensual que satisfizesse a área econômica do Governo e os governadores. As negociações para buscar uma fórmula consensual desenvolveram-se em instâncias diversas. Cid Carvalho e Almir Gabriel e os Deputados Israel

Pinheiro Filho (PMDB-MG), Generaldo Correia (PMDB-BA), José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE) e João Agripino Neto (PMDB-PB), reuniram-se, na tarde de sábado, na residência do Presidente do partido, Deputado Ulysses Guimarães, em busca de uma solução; enquanto o Ministro João Batista de Abreu admitia inicialmente que o Governo baixaria a expectativa de receita.

A solução chegou a ser anunciada para a imprensa depois de reunião que durou quatro horas com os Deputados Paes Landim (PFL-PI), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Arnaldo Prieto (PFL-RS), chamados por Cid Carvalho de "corretores da harmonia".

— Baixou o espírito natalino na Comissão. O Orçamento vai ser votado em clima de Natal — chegou a anunciar Israel Pinheiro Filho.